

A PROPOSTA BILÍNGUE NO ENSINO AO ALUNO SURDO DAS ESCOLAS CATARINENSES

The bilingual proposition in deaf students education in the catarinense schools

*Deonísio Schmitt

*Doutorando em Linguística na linha de pesquisa: variação/mudança linguística e ensino. Mestre em Educação e Processos Inclusivos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente professor efetivo na CEAD/UEDESC.

E-mail: deonisoschmitt@yahoo.com.br

Artigo recebido em setembro de 2010 e selecionado em setembro de 2010.

RESUMO

Este artigo possibilita uma reflexão sobre o bilinguismo bimodal, desenvolvida no Seminário de Estudos Avançados em Língua de Sinais, oferecido no programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC em 2009/1. Na primeira parte deste trabalho apresentamos um estudo sobre o bilinguismo do professor da escola pública do Estado de Santa Catarina, com base na teoria dos estudos sobre a língua de sinais apresentados pelo professor convidado Dr. Josep Quer (ICREA – Universitat Pompeu Fabra) e pela professora Dra. Ronice Muller de Quadros (UFSC). Em seguida, apresentamos uma reflexão sobre a proposta bilíngue aos profissionais da escola regular. É nesse sentido que manifestamos nossa preocupação com relação às deficiências na formação do professor ouvinte sobre a realidade e o conhecimento da língua de sinais x língua portuguesa.

Palavras-Chave: Bilinguismo. Língua de sinais. Estudos linguísticos e políticas.

Key words: Bilingualism. Language of Signs. Linguistic Studies and Politics.

ABSTRACT

This article provides a reflection on Bilingualism bimodal developed in Seminar for Advanced Studies in Language of Signs, offered in the program of Graduate Studies in Linguistics at the UFSC 2009 / 1. In the first part from work presented a study on the bilingual public school teacher from Santa Catarina State, based on the theory of studies on the language of signs presented by guest lecturer Dr. Josep Quer (ICREA - Universitat Pompeu Fabra) and teacher Dr. Muller Ronice Management - UFSC. Then, we present a discussion on the proposal for bilingual professionals in regular schools. That is to express our concern with regard to deficiencies in training of teachers hearing about reality and knowledge of sign language x portuguese language.

INTRODUZINDO A PESQUISA

Sou surdo do meu jeito! Iniciei a minha pesquisa no Estado de Santa Catarina. Por isso observo com muita preocupação a formação bilíngue¹ dos professores da rede pública em Santa Catarina que ensinam os surdos. Essa formação bilíngue não aparece na sala de aula dos surdos. Observo que o Estado contrata professores sem formação bilíngue ou com pouca formação e por isso os surdos perdem sua primeira língua, a de sinais. Por que isso acontece? Após observações em sala de aula e debates sobre política linguística para surdos no Estado de Santa Catarina, que aconteceu em 2003, comecei a fazer algumas reflexões, que descrevo aqui.

A Fundação Catarinense de Educação Especial, com o apoio da Secretaria Estadual da Educação

1 No bilinguismo é importante desenvolver as duas línguas (bilíngues). Tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos, e como segunda, a língua oficial de seu país. A primeira aquisição das crianças surdas, a língua de sinais; depois a segunda língua, a portuguesa.

DEBATE

e Inovação (SED), realizou no dia 22 de agosto de 2003, às 8h, no Auditório da Fundação, o I Seminário Catarinense de Educação de Surdos em Santa Catarina. O secretário Estadual da Educação, Jacó Anderle (já falecido) esteve presente com os diretores, professores e demais funcionários. O objetivo foi de formular uma política de linguística em que os alunos surdos se apropriem da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e através dela acessem os conhecimentos sistematizados na escola. A proposta é garantir a especificidade de uma linguística intercultural e bilíngue para as comunidades surdas catarinenses. A representação de surdos mostrou o critério para a construção nova desta proposta linguística de surdos no Estado de Santa Catarina, na versão preliminar. Então, percebi em 2004 que se iniciou a construção de uma nova proposta bilíngue na educação de surdos, mas há uma carência na formação dos profissionais, pois não temos experiências com educadores de LIBRAS. Isso é uma preocupação!

Segundo o IBGE, são 178 mil surdos no Estado; destes, apenas 1% frequenta a escola. No encontro estavam representadas todas as entidades que congregam o segmento de surdos em Santa Catarina, como as Associações de Surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Escritório Regional de Santa Catarina (FENEIS-SC), o Fórum em Defesa dos Direitos dos Surdos em Santa Catarina, UFSC, Grupo de Estudos Surdos (GES), UDESC e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), atualmente denominado Instituto Federal de Santa Catarina. O então diretor da FCEE, Sr. Salésio Bastos, afirmou que a Fundação está promovendo as condições adequadas para a real

inclusão do surdo e de todas as comunidades no sistema regular de Santa Catarina, com serviço de apoio especializado. Ele acrescentou que, no caso dos surdos, há uma dificuldade em admitir-se a existência de uma cultura surda, porque ela se traduz de forma visual, ou seja, as formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas dos ouvintes.

Nós, surdos, sempre lutamos pelo direito às políticas linguísticas e em 2003 estabelecemos critérios para a contratação de professores. Eis a proposta do Estado de Santa Catarina:

O Professor ouvinte bilíngüe no curso superior na área de Pedagogia, Letras ou outras licenciaturas, Capacitação específica e aprovação como professor bilíngüe, Curso teórico na área da Surdez, Curso de LIBRAS (a partir do nível III), Curso de Português como 2ª língua (L2), Declaração provida pela FENEIS reconhecendo a proficiência em língua de sinais e Fluência em Língua de Sinais. O Professor de LIBRAS bilíngüe no Curso superior completo ou em formação, Declaração de certificação emitida pela FENEIS reconhecendo a proficiência em Língua de Sinais. (FCEE, 2004, p. 39-40)

Às vezes os professores ouvintes falam: "Sou bilíngüe", mas como é a formação da língua de sinais na sala de aula? Esse bilinguismo é superficial, já que não há uma compreensão específica com base teórica obtida em cursos de aperfeiçoamento em cultura surda, LIBRAS, história dos surdos, identidade surda, arte, literatura surda, etc. Essas questões passam por nós quase despercebidas no cotidiano. Por isso é importante uma formação mais eficaz que torne possível o bilinguismo em Santa Catarina. Momentos que os ouvintes partilham com surdos em sala podem

contribuir para a formação bilíngüe dos professores para que se tenha um ensino de boa qualidade por parte dos profissionais.

Pedro de Souza, diretor de Assistência ao Estudante da FCEE na época, declarou que a inclusão de pessoas surdas no ensino regular é um desafio, porque a surdez deve ser considerada uma diferença e não uma deficiência.

Para garantir esse direito, estamos investindo na formação e capacitação de dois tipos de profissionais, o professor intérprete e o instrutor surdo. Na verdade não se fala o bilinguismo e como? Os alunos têm o direito de ter acesso ao conhecimento através na língua de sinais, porque a língua é o início, o meio e o fim das interações sociais, políticas e científicas. (SOUZA, FCEE)

Por reconhecerem a problemática da diferença que causa a exclusão, os diretores da Fundação Catarinense de Educação Especial consideram que o seminário, envolvendo órgãos públicos e associações de surdos, é o local adequado para a discussão de uma nova política de linguística inclusiva no Estado, conforme afirmou Beatriz Menezes dos Santos, da Secretaria de Educação e Inovação.

Atualmente está acontecendo uma perspectiva bilíngüe na política do Estado. Fruto disso, aconteceu no ano passado o 1.º seminário sobre a modalidade na língua de sinais e estudos surdos.

O presente trabalho aborda o bilinguismo na língua de sinais dos surdos catarinenses, a minha experiência no estudo e pesquisa sobre o bilinguismo voltado à reflexão sobre a falta de formação dos profissionais ouvintes que sempre dizem ser bilíngües, mas não têm nada de formação no bilinguismo, nem sobre a luta dos espaços surdos.

Até agora as pesquisas sobre o bilinguismo estão inseridas na política linguística do Estado, e as lutas dos surdos têm sido feitas pelos ouvintes. A história oficial tem sido a história das instituições de ouvintes, em que a comunidade surda aparece quase sempre como simples participante. Mas é preciso que nós, surdos, pesquisemos sobre o bilinguismo, sobre a realidade dos problemas profissionais, a nossa história, cultura, identidade e a língua de sinais, e nos apropriemos daquilo que é nosso, que foi construído e

Catarina. Aconteceu que em alguns espaços os surdos tiveram acesso à língua de comunicação por meio do ensino e aprendizagem da língua de sinais, obtendo mais facilidade de comunicação e interação com o professor surdo. É com razão que o surdo precisa trazer esta e outras experiências em nosso Estado para conhecimento e apropriação da formação de bilinguismo por toda a comunidade surda catarinense.

É preciso refletir como a nossa comunidade surda catarinense resolveu seus problemas nas diferentes

proficiência em língua de sinais. É nesse ponto que queremos mostrar a importância da proficiência em língua de sinais pelos profissionais na formação de bilinguismo. Ainda existe muito amadorismo, confusão, quando se fala em bilinguismo bimodal. Então, a proposta que será apresentada aqui refere-se à formação bilíngue na atualidade em linguística de surdos, suprimindo a necessidade de pesquisa na formação bilíngue em Santa Catarina, uma vez que aos professores ouvintes da escola-polo falta conhecimento essencial sobre a língua de sinais e o seu uso.

Este estudo apresenta os seguintes objetivos:

- analisar a formação bilíngue do professor ouvinte em uma escola-polo em Santa Catarina;
- analisar a implantação da nova política de linguística de surdos em Santa Catarina; discutir teoricamente a formação bilíngue dos professores que atuam com surdos.

Para realizar esta pesquisa, a metodologia utilizada foi a análise qualitativa de documentos das instituições citadas na justificativa deste artigo e reportagens de jornais e revistas catarinenses, bem como de entrevista e questionário de professores ouvintes envolvidos.

As entrevistas e os questionários contribuíram para nortear as discussões teóricas. A pesquisa ocorreu em uma escola-polo em Santa Catarina.

As entrevistas dos professores ouvintes na pesquisa enfocaram a falta de formação bilíngue em Santa Catarina.

Até agora as pesquisas sobre o bilinguismo estão inseridas na política linguística do Estado, e as lutas dos surdos têm sido feitas pelos ouvintes. A história oficial tem sido a história das instituições de ouvintes, em que a comunidade surda aparece quase sempre como simples participante.

conquistado com nossas próprias mãos. Conhecer como fizemos isso e como podemos fazer ainda mais é o principal objetivo desta pesquisa.

A falta de espaço linguístico dos surdos para adquirir e desenvolver o domínio da língua de sinais, e não o oralismo, dentro da escola pública é uma preocupação, mas um dos grandes problemas é a falta de formação bilíngue. Antes de 2002 não havia uma lei que assegurasse a língua de sinais para os surdos. Então, o bilinguismo mais importante de surdos surgiu há pouco tempo em Santa

fases de bilinguismo tradicional², de educação dos surdos até a atualidade. Tais fatos trouxeram uma nova proposta na escola-polo entre os surdos catarinenses, e essa troca de experiência proporcionou a criação de escola bilíngue surda em várias regiões.

Na verdade a língua de sinais, os valores culturais dos surdos, a identidade linguística, o sentido de família e povo surdo é uma realidade, mas nas políticas linguísticas para os surdos prevalecem práticas oralistas, e não temos profissionais com boa

2 O que é bilinguismo tradicional? É a filosofia da comunicação total; tem como objetivo e preocupação os processos comunicativos entre surdos e entre surdos e ouvintes. Isso é a preocupação com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas a escrita, o português oral e o sinalizado ficam confusos (bimodal de fala, as duas ao mesmo tempo).

DEBATE

O BILINGUISMO NA LÍNGUA DE SINAIS DOS SURDOS

O principal interesse desta pesquisa tem sido a contribuição da língua de sinais dos surdos na perspectiva bilíngue.

Os trabalhos iniciais da pesquisa centraram-se sobre a evolução e socialização do pensamento e da linguagem na criança surda.

Nos últimos anos, surgiram muitas teorias e estudos sobre o desenvolvimento pleno dos potenciais cognitivos, linguísticos, emocionais e sociais desses indivíduos. A dificuldade do surdo em adquirir a linguagem nos primeiros anos de vida reflete-se em todo o seu desenvolvimento mental, emocional e na sua integração social. Como salienta Botelho (2002, p. 94): “[...] o surdo torna-se atrasado não porque não ouve ou usa língua de sinais e sim porque a escola e as políticas educacionais não levam em conta a necessidade de um ensino baseado na percepção visual”.

A proposta bilíngue não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação linguística em que se encontrar. Segundo Fasold:

O bilingüismo é comumente entendido como competência lingüística facultativa ou indispensável para a comunicação com interlocutores de dois mundos alófonos, por meio de dois idiomas ou dois dialetos que apresentam entre si proporção de diferença lingüística capaz de afetar ou inviabilizar a comunicação. (FASOLD, 1990, p. 142)

Esta proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda. Estes autores, Bishop e Hicks, mostram as crianças surdas.

Muitas pessoas assumem que as crianças terão atraso de aquisição da linguagem falada, porque a casa oferece a entrada de voz inadequada. Segundo vários autores que revisaram a literatura, há pouca evidência, além de alguns estudos de casos isolados, para apoiar esta noção (Singleton e Tittle). Coda várias lembro de ter sido rotulado como ‘aluno lento’ ou como tendo ‘dificuldades de linguagem’. Evidência anedótica sugere que os administradores da escola e os educadores muitas vezes não conseguem reconhecer as diferenças bicultural e bilíngue nessas crianças. O tema da bicultural, as crianças bilíngues no sistema educacional no que se refere a ouvir as crianças de famílias surdas precisa ser pesquisado mais de determinar se estas crianças estão a ser avaliadas e/ou testadas com base em um viés de língua falada e, em caso afirmativo, as formas em que estes testes levam a tachar. (BISHOP; HICKS, 2005, p. 195³)

Na verdade ainda existem poucos pesquisadores surdos. Nos últimos anos os surdos começaram a ter acesso ao ensino superior, situação que possibilitará a produção de novas pesquisas nessa área.

Essa afirmação tem grande relevância para o estudo do desenvolvimento da criança, marcando a importância das relações sociais e linguísticas na constituição do indivíduo e apontando o meio social como o foco de análise nos casos de atraso na aquisição de linguagem pelas crianças surdas. Trazendo estas afirmações para a problemática do surdo, percebe-se que os problemas comunicativos e cognitivos da criança surda não têm origem na criança, e sim no meio social em que ela está inserida, e que frequentemente não é adequado, ou seja, não utiliza a língua que essa criança tenha condições de adquirir de forma espontânea: a língua de sinais.

Essa ideia parece ter sido sempre percebida, pelo menos de forma inconsciente, pela comunidade ouvinte, que sempre considerou o surdo como uma pessoa incapaz intelectualmente. Em todas as situações cotidianas, o surdo que não adquire uma língua se encontra em dificuldade e não consegue perceber as relações e o contexto mais amplos da atividade em que se encontra, já que para tal seria necessário que seu pensamento fosse orientado pela linguagem⁴. Por

3 Tradução minha do original em inglês. “Many people assume the children will have delayed acquisition of spoken language because the home provides inadequate speech input. According to several authors who have reviewed the literature, there is little evidence, other than a few studies of isolated cases, to support this notion (Singleton and Tittle). Several Coda recall being labeled as ‘slow learners’ or as having ‘language difficulties.’ Anecdotal evidence suggests that school administrators and educators often fail to recognize the bicultural and bilingual differences in these children. The topic of bicultural, bilingual children in the educational system as it relates to hearing children from deaf families needs to be researched further to determine whether these children are being assessed and/or tested based on a spoken-language bias and, if so, the ways in which these tests lead to mislabeling.” (BISHOP; HICKS, 2005, p. 195)

4 Situação diferente vive a criança ouvinte filha de pais surdos, por exemplo, CODA (*Children of Deaf Adults*). A diferença existe no sentido de a criança ouvinte ser reconhecida pela sua língua no meio social em que vive e poder crescer bilíngüe, uma vez que precisa utilizar desde pequena também a língua de sinais com seus pais. A criança surda, se filha de ouvintes, enfrentará dificuldades, tanto no contexto familiar como dentro da escola, caso não encontre uma proposta bilíngue de educação.

esta razão, o estudo de Cudas e seu bilíngue tem de incluir mais surdos numa perspectiva cultural surda do que as crianças surdas nascidas de pais ouvintes.

As notórias dificuldades que encontram as crianças surdas em sua comunicação com crianças e adultos ouvintes, e suas conseqüências no plano cognitivo, dirigiram a atenção ao papel que cumprem outros surdos no processo de conhecimento das crianças surdas.

Na primeira oportunidade, a avaliação era realizada por adultos ouvintes que não conheciam só

um grupo de pares ou cada criança realizava as provas em conjunto com outra criança surda em melhores condições cognitivas.

As crianças aprendem naturalmente esses comportamentos e levar muitos deles em idade adulta, muitas vezes sem estarem conscientes das mesmas. (PRESTON, 1994, p. 190)⁵

Ressalva também o fato de a criança não entrar em contato com a aprendizagem apenas na escola. Ao contrário, desde o nascimento a criança começa a se relacionar com os adultos, a ter contato com a língua utilizada por eles e conseqüentemente a receber informações. É a partir das relações sociais que a criança aprenderá e para onde o seu desenvolvimento seguirá. Os adultos, e em primeiro lugar os pais, têm um papel determinante no desenvolvimento da criança.

Um dos principais fundamentos bilíngues é a participação igualitária dos surdos nas escolas, dividindo o controle, a administração e o ensino. Isso implica a mudança de pressupostos em relação aos surdos e à surdez. Apesar de pouco assimilada no contexto catarinense, essa ideia tem sido implementada em diferentes partes do país, e sua implantação tornou-se motivo de militância para a comunidade surda.

Na minha reflexão, busco uma melhor qualidade de ensino bilíngue de língua de sinais. Bilinguismo esse que contará com professores também surdos. O mais recorrente é os pais que levam o surdo à escola de ouvintes, por não haver escola bilíngue para surdos. Nesse caso o surdo não é compreendido e perde o tempo de

aprendizagem no momento histórico, da infância até a fase adulta. Nesse sentido, perde também a capacitação, e quando adulto não sabe ler, não sabe escrever, nem sabe a língua de sinais; só sabe mímica. No meu tempo não se falava em escola para surdos, mas no futuro espero ver a escola bilíngue. Se o surdo estuda na escola bilíngue, tem capacitação; dessa forma aprende a vida dele, aprende a cultura e a história que lhe pertencem. Aqui em Santa Catarina temos vários surdos estudando, acessando espaços no mestrado e doutorado. Espero que os profissionais participem das políticas linguísticas de surdos visando a qualidade!

O conceito mais importante que o bilinguismo traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias. Finalmente o surdo deve encontrar o modelo de bilíngue na formação, e, com a mudança do perfil dos profissionais na área de estudo surdo em Santa Catarina, poderá haver um favorecimento nessa formação. Quando falamos de bilinguismo no espaço, na área dos surdos, estamos nos referindo à existência de duas línguas no ambiente do surdo e estamos, ao mesmo tempo, reconhecendo que os surdos vivem numa situação bilíngue.

OLHARES SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS NA PERSPECTIVA BILÍNGUE

Para melhor entendimento deste tópico, discutiremos o texto de análise contido no artigo de Schmitt *et al* (2003), publicado pelo Grupo de Estudos Surdos (GES/NUCLEIND/CED/UFSC), com professora Ronice

As notórias dificuldades que encontram as crianças surdas em sua comunicação com crianças e adultos ouvintes, e suas conseqüências no plano cognitivo, dirigiram a atenção ao papel que cumprem outros surdos no processo de conhecimento das crianças surdas.

parcialmente a língua de sinais; na segunda, o desenho do contexto mudava radicalmente: segundo a natureza da atividade cognitiva, a criança surda era avaliada dentro de

⁵ "Children naturally learn these behaviors and carry many of them into adulthood, often without being aware of them." (PRESTON, 1994, p. 190)

DEBATE

Muller de Quadros, que orientou três acadêmicos com bolsa do CNPq no citado Grupo: Deonísio Schmitt (surdo), Flávia Joenck da Silva e Ronsani Casanova (ouvintes). Eles investigaram a proposta da política pública em Santa Catarina. Nessa ocasião foi escolhido o tema sobre o bilinguismo na língua de sinais em Santa Catarina.

A POLÍTICA PÚBLICA NA COMPETÊNCIA EM LÍNGUA DE SINAIS EM SANTA CATARINA

Na verdade analisamos nesta pesquisa as políticas públicas em Santa Catarina e a nova proposta que surgiu em 2003. Foi nesse momento que percebemos a falta de profissionais bilíngues e de uma formação básica na língua de sinais que torne possível a oferta de aulas em LIBRAS. Observe abaixo a história pública na área de surdos em Santa Catarina e como se transformou a política pública:

Historicamente, a educação do surdo tem se apresentado como um grande desafio. Em Santa Catarina, o processo de educação de surdos surgiu na década de 1950 com serviços implementados na rede regular de ensino. Em 1968 foi fundada a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), órgão responsável pela política de educação especial no Estado. Em 1988 foi assegurado aos educandos com necessidades educativas especiais frequentar a rede regular de ensino. Nesse contexto, foram implementadas as salas de recursos para surdos com o objetivo de dar suporte técnico-pedagógico, em horário complementar. O processo de educação de surdos teve poucos avanços tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social-lingüístico. Entre 1988 e 1999, a FCEE desenvolveu um processo investigativo para avaliar a integração das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, sendo que os

resultados foram negativos, entre eles, mencionamos a questão do preconceito, a falta de capacitação dos profissionais e a questão da língua de sinais brasileira. Dados recentes do IBGE computam 178.000 surdos em Santa Catarina, no entanto, apenas 1650 alunos surdos estão devidamente matriculados na rede regular de ensino conforme dados da FCEE, nisto, percebe-se a urgência de um trabalho que venha garantir a educação de surdos, bem como de garantir o acesso ao conhecimento através da língua de sinais brasileira na rede regular de ensino, incluindo professores surdos. (SCHMITT, 2003, p. 227-228)

A política pública em Santa Catarina quer que os surdos tenham plena acessibilidade dentro das escolas regulares de ensino, hoje chamada educação inclusiva, e preferencialmente que seja no seu bairro. Na maioria das vezes, a palavra "inclusão" para os surdos implica a retirada do surdo da própria comunidade surda e colocá-lo junto com ouvintes; isso os aflige muito, porque não é uma inclusão que queremos. Consta-se a falta de preparação por parte da escola-polo que não adaptou o seu currículo para receber o surdo, e

também a existência de professores que desconhecem a língua de sinais. Há inacessibilidade ao intérprete com formação suficiente para suprir a necessidade de toda a comunidade surda catarinense. Justamente por isso muitos surdos estão excluídos da escola e então perguntamos: onde estão os espaços para a língua de sinais na formação bilíngue?

Em Santa Catarina os professores não conhecem a língua de sinais dos alunos surdos e há uma preocupação nessa área dos surdos no que concerne ao parâmetro curricular e à diferença de metodologia do ouvinte. Consideramos que os professores ouvintes precisam pesquisar a cultura dos surdos em todos os níveis de ensino regular e também na escola-polo. No momento não há profissionais ouvintes usando a língua de sinais. Consta-se dificuldade na apropriação desta língua de sinais pelos ouvintes e a falta de profissionais. No começo expandimos o curso de língua de sinais na escola-polo ou em outro espaço, com os professores surdos oferecendo aula de LIBRAS para ouvintes com base no entendi-

Na maioria das vezes, a palavra "inclusão" para os surdos implica a retirada do surdo da própria comunidade surda e colocá-lo junto com ouvintes; isso os aflige muito, porque não é uma inclusão que queremos. Consta-se a falta de preparação por parte da escola-polo que não adaptou o seu currículo para receber o surdo, e também a existência de professores que desconhecem a língua de sinais. Há inacessibilidade ao intérprete com formação suficiente para suprir a necessidade de toda a comunidade surda catarinense.

mento teórico e na prática de ensino em relação à cultura, identidade e língua de sinais dos surdos.

A política da inclusão tem por objetivo promover a educação para todos. Conforme Quadros (2003) 'todos' significa incluir todos, mas na palavra todos há uma subdivisão que caracteriza os surdos, que também são todos, mas que se diferenciam por representarem um grupo que usa a língua de sinais como língua de interação. No entanto, a política de inclusão, que supõe a exclusão, acaba por não reconhecer este diferencial. Assim, o Estado ao garantir a educação para todos sem garantir o acesso aos conhecimentos e a interação entre os pares surdos e os outros, através desta língua acaba por fortalecer ainda mais o processo de exclusão. Não se pode falar de inclusão de surdos no ensino regular sem se pensar na questão da língua e no encontro surdo-surdo. A Constituição Federal de 1988 no seu capítulo II, artigo 208 inciso III diz que é dever do Estado com a educação a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino. A partir da Declaração de Salamanca e da Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a inclusão passou a ser estudada fazendo parte do vocabulário de muitos profissionais da educação especial no Brasil, mas mesmo com as leis sendo aprovadas, as dificuldades se mantêm, pois percebem-se lutas constantes entre educadores, educandos e familiares. (SCHMITT, 2003, p. 228-229)

O bilinguismo está sendo discutido no espaço de políticas públicas em Santa Catarina, embora no espaço linguístico dos surdos o bilinguismo já exista há muitos anos. No entanto, não temos esse conhecimento sobre a metodologia na língua de sinais pelos professores ouvintes que ensinam os alunos surdos na escola-polo. A história levou a grandes fases de problemas quanto

ao oralismo e também à comunicação total. Então, na trajetória aumentou o desconhecimento sobre os problemas profissionais de ouvintes que não pesquisaram a cultura surda e que deixaram de considerar a fase histórica de ensino na língua de sinais; por isso os surdos são excluídos na escola regular, conforme Silva:

É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. (SILVA, 2000, p. 97)

O bilinguismo, que significa aprender duas línguas seja oral e/ou escrita, ainda está em fase de experimentação.

A proposta bilíngue está aos poucos se ampliando nos espaços linguísticos dos surdos. O bilinguismo para o surdo é a utilização de duas línguas dentro da escola: língua de sinais como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2).

A luta na política linguística dos surdos em Santa Catarina tem ampliado o espaço de confronto para o meio acadêmico através do estudo e pesquisa de campo na sociedade. A proposta de uma política pública busca a adaptação do currículo aos surdos. É o que se evidencia no curso de Letras/LIBRAS ou pedagogia e tendo mais crescimento na qualidade de ensino dos surdos que vêm lutando na política pública do Estado em Santa Catarina.

O trabalho, numa proposta bilíngue:

[...] quer dar o direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas; portanto, não se trata de

negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar. Essa proposta leva em consideração as características dos próprios surdos, incluindo a opinião dos surdos adultos com relação ao processo educacional da criança surda. (KOZLOWSKI, 1998, *apud* MEC; SEESP, 2002, p. 24)

O bilinguismo dos surdos é uma opção metodológica. As escolas inclusivas regulares tentam incluí-lo sem sucesso, enquanto as escolas-polo ou escolas especiais os assumem com metodologias específicas para os alunos surdos.

A inclusiva ainda gera polêmicas entre muitos surdos que defendem a escola de surdos; isto porque o seu processo não está sendo cumprido como deveria. Sabemos que é um processo muito lento, pois não existem os profissionais com formação bilíngue e na língua de sinais que trabalhem em áreas específicas com os alunos surdos e que tenham o domínio em LIBRAS. As escolas-polo não fazem a adaptação curricular prevista na política pública de surdos em Santa Catarina. Esta proposta é voltada especificamente para os ouvintes, não atendendo as necessidades dos surdos. As histórias escolares ainda são muito tristes, sempre jogadas a qualquer profissional ouvinte que tem possibilidade de trabalhar na escola-polo, mesmo sem conhecimento da língua de sinais e sem proficiência ou domínio desta língua. Faltam profissionais com formação no bilinguismo, e a nova proposta de política pública precisa de espaços para o professor surdo ensinar aos professores ouvintes o uso da língua de sinais e também uma base teórica que respeite a cultura e a história dos surdos.

DEBATE

O bilingüismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997, p. 27)

A proposta do bilingüismo é que o surdo se comunique fluentemente na sua língua materna – língua de sinais – e na língua oficial do país, que pode ser oral e escrita. É dever da escola permitir à criança surda a aquisição de duas línguas, a língua de sinais da comunidade surda, como a primeira língua – L1 – e a língua oral da maioria ouvinte – L2. Diante disso, faz-se necessário que a criança surda tenha contato com as duas línguas, ou seja, com as comunidades linguísticas para sentir a necessidade de aprender as duas línguas. As duas línguas – LIBRAS e língua portuguesa – têm funções diferentes para o educando.

A língua de sinais é o principal meio de aquisição de conhecimentos para o surdo, sendo esta usada pelo surdo na comunicação com os outros. E a língua portuguesa tem principalmente a função de uma língua escrita.

A tentativa de

[...]melhoria dos paradigmas dominantes na educação especial nos conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmos, e de como essas narrações são, finalmente, colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas. (SKLIAR, 1998, p. 13)

Exemplificando de forma prática, reproduzimos o depoimento de uma professora de surdos citado por Skliar:

No começo foi muito difícil não conhecer nada sobre 'necessidades especiais' que alguns alunos possuem, não sabia o que era Língua Brasileira de Sinais, Braille... Com a primeira turma foi uma 'jogação' em vez de 'inclusão' [...]. Comecei a 'correr' atrás do embasamento teórico, comecei a buscar especialização na área da surdez. Nessa procura em fazer o melhor por meu aluno, comecei a concluir (com muita tristeza) que estava fazendo o pior. Hoje, trabalhando 10 anos com alunos surdos, posso afirmar que a inclusão leva os surdos a evasão escolar ou reprovação constante. Faz com que o surdo se sintam menos diante dos outros [...]. (SKLIAR, 1998, p. 13)

Como a criança surda poderia estudar numa escola regular junto com ouvintes, se na comunicação não é priorizada a língua de sinais? Isso é exclusão, e não inclusão! Quando era criança, estudei na escola regular junto com os alunos ouvintes, mas tinha dificuldade de entender a forma de comunicação dos professores ouvintes, que faziam os exercícios no quadro e explicavam falando demais sobre o conteúdo nas várias disciplinas. Eu fazia as provas, mas só tinha minha própria capacidade, era surdo e não sabia ler, não entendia o significativo de algumas palavras e havia comparação com a proficiência dos alunos ouvintes. Eu fazia provas de disciplina e tirava nota baixa em algumas disciplinas, e como o português é diferente da língua de sinais!

Infelizmente, como a elite dominante é quem decide, acaba aprovando lei contrária ao que os surdos pensam em relação à educação do surdo. Isso é o que acontece na inclusão do surdo no ensino regular: um problema atual, tanto para os surdos como para seus professores, devido à falta de profissionais com formação pedagógica no bilingüismo em Santa

Catarina, na escola-polo, bem como à falta de contatos com seus pares, nas interações com alunos ouvintes e professores específicos das disciplinas.

Para que se elaborem proposições políticas para uma nova estrutura de educação de surdos, é preciso considerar a experiência visual dos surdos na construção e no acesso ao conhecimento da cultura surda na língua de sinais.

No relato de experiência (SCHMITT, 2003), este autor busca a realidade sobre a língua de sinais do surdo em Santa Catarina. No que diz respeito a essas informações, percebe-se que os estudos em relação aos surdos estão cada dia mais representados nas propostas de política linguística, priorizando, assim, sua língua: a língua de sinais. Com isso novos olhares são lançados sobre a surdez e nas relações de saber e poder entre surdos e ouvintes no campo linguístico, social e cultural, determinando um futuro mais feliz para os surdos brasileiros.

Diante disso, é importante que esta pesquisa envolva informações pertinentes que dizem respeito aos vários aspectos linguísticos dos surdos.

Concluindo, pode-se afirmar que é preciso:

- Garantir que os surdos se apropriem do conhecimento linguístico da LIBRAS e do Português escrito, o que ainda não acontece. Ainda falta muito para se conseguir um ensino adequado na língua dos sinais;
- Refletir sobre a questão da identidade surda e a diferença como processo de produção social;
- Pesquisar sobre a língua de sinais que será utilizada nesse curso;
- Ensinar a língua brasileira de sinais (LIBRAS) na relação do educando surdo com o conhecimento;

- Formar os professores surdos para entrarem em contato com crianças surdas;
- Fazer com que a comunicação na língua de sinais – CODA – participe das famílias dos surdos;
- Inserir o bilinguismo na formação dos profissionais ouvintes em Santa Catarina.

Concluir, na realidade, é refletir sobre a política pública do Estado de Santa Catarina e sobre a transformação de objetivo com vistas à formação dos professores no bilinguismo, estimulando o uso da língua de sinais, de modo a possibilitar aulas para os alunos surdos com base na aprendizagem visual-espacial por parte dos professores ouvintes. Na realidade, ainda não temos os profissionais com formação no bilinguismo em Santa Catarina, mas é necessária a elaboração de uma proposta política do Estado. Então, esta pesquisa antevê um grande desafio, pois os profissionais se confundem quando falam: sou bilíngue. Mas onde está a formação bilíngue? Estaria ela disfarçada?

A proposta de luta pelo direito surdo em Santa Catarina apresentou em 2003, na palestra, o que nós surdos queremos. Segundo os critérios para formação dos profissionais, como citamos anteriormente, vamos lutar pelo direito dos surdos para que estes sejam ensinados em sua língua de sinais por professores ouvintes bilíngues. Atualmente não temos preparado estratégias em políticas públicas para os profissionais de Santa Catarina.

Neste Estado, a política de inclusão diz respeito ao direito do surdo cidadão. Refletimos nesta proposta a política pública de inclusão com base em novas diretrizes e bases para a educação do surdo, objetivando

melhorar a qualidade de ensino. Queremos que a sociedade entenda a diferença cultural dos surdos e não a deficiência. Podemos pensar sobre a capacidade do surdo, que tem direito ao estudo e à sua identidade, não com base nas diferenças sensoriais, mas na igualdade de aprendizagem que respeita a diferença entre a língua brasileira de sinais e o português. Os surdos lutam pela prioridade da língua de sinais como direito dos cidadãos surdos.

As professoras entrevistadas são identificadas como A1, A2 e A3. A cada uma delas foram feitas quatro questões norteadoras, em LIBRAS, e também por escrito, no português brasileiro:

- Como surgiu a história do bilinguismo nesta década?
- Quem lutou no espaço da política surda pela proposta bilíngue nesta escola?
- Por que aconteceu a falta de formação de bilinguismo em Santa Catarina?
- Como o povo surdo participou?

O questionário é um instrumento muito usado para o levantamento de informações e certas pesquisas em que se procuram informações de pessoas que estão trabalhando na escola regular. E também diz respeito ao custo, pois o observador pode distribuir todos os questionários, de uma vez só, para todos os elementos que participam numa sala de aula. O questionário é preenchido pelo próprio entrevistado, lembrando sobre a preocupação de determinar o tamanho, o conteúdo, a organização e clareza de apresentação das questões, a fim de estimular o entrevistado a responder.

A respeito da construção do questionário, antes da sua aplicação

definitiva, realizei a pesquisa para analisar se os entrevistados compreendem as questões, se ocorrem dúvidas ou dificuldades durante o preenchimento. Para tanto elaborei previamente um questionário para verificar limitações e dificuldades em trabalhar com os alunos surdos e ver quais estratégias são usadas para ensino bilíngue.

Então, analisei as entrevistas dos professores sobre o bilinguismo em Santa Catarina, para tentar explicar a falta dos profissionais bilíngues na política do Estado. Por isso cada um dos entrevistados mostrou jeitos diferentes nos relatos de experiências sobre o trabalho. A análise mostrou que faltam estratégias de ensino e base teórica bilíngue, bem como melhor qualidade de ensino para os surdos. Os professores ouvintes precisam conhecer mais sobre a teoria de estudos surdos e gerais, lerem autores comprometidos com os surdos e ter uma base teórica melhor para construir uma nova política bilíngue.

Nas narrativas dos sujeitos ouvintes na pesquisa, foram expressas algumas opiniões de ouvintes nomeados A1, A2 e A3.

A1

1) O bilinguismo surgiu da necessidade do aluno surdo para a compreensão dos temas expostos durante as aulas em sala de aula. O aluno surdo frequentava as aulas e também a sala de recursos para compensar a falta de informações que deixava de absorver devido à surdez. Vejamos o que diz a política de linguística inclusiva para surdos: Os constantes depoimentos dos professores de salas de recursos e do ensino regular, sobre a ausência de um sistema linguístico compartilhado, capaz de transformar a atividade educativa de sala de aula em um importante

DEBATE

processo interativo de difusão do conhecimento, levou a equipe da área da surdez da FCEE a perceber a necessidade de ressignificar o atendimento dos alunos surdos matriculados no sistema regular de ensino com a organização efetiva do trabalho a partir do uso de duas línguas. Portanto, o surgimento do bilingüismo é processual, doloroso e ainda, longe de ser um modelo em educação, pois todo começo exige acertos, reflexão e profissionais efetivos na área.

2) O bilingüismo partiu da proposta de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina. Não teve um núcleo, ou pessoas dentro da escola que lutassem pela proposta de bilingüismo, houve uma seleção das escolas pólos dentro do estado devido a sua localização e estrutura para receber estes alunos.

3) Falta de interesse e investimento. Toda formação deve ser continuada e aprimorada. No início dispuseram cursos para os professores selecionados para trabalhar na educação de surdos mas, as ofertas foram diminuindo, conseqüentemente insuficientes para a demanda de novos profissionais que começaram atuar na educação de surdos. Digo isso, porque no início da educação de surdos nas escolas pólos, surgiram problemas como deficiências nas didáticas propostas aos alunos surdos, e para o grupo de profissionais que atuam dentro desta proposta de educação, poucos foram os cursos e reuniões para refletir o processo e partilhar experiências que estavam sendo positivas. Também vai aqui minha crítica aos cursos de LIBRAS em geral. Os cursos intermediários e avançados não suprem a necessidade dos ouvintes sobre a LS. Costumam seguir um único modelo, troca-se

de professor ou de instituição e os cursos são muito iguais. Um modelo avançado deveria usar o método de conversação. Os alunos posicionados em círculo, monitorados por um professor surdo, discutindo algum tema proposto ou que surge naturalmente usando a língua, ou, o que sabe dela. Nesta proposta os sinais classificadores seriam usados em contexto. Também considero importante treinar datilologia, por exemplo, leitura e clareza dos movimentos das mãos.

4) Participou com suas representações e colocando os pontos importantes para melhorar a educação dos surdos em geral. Vale ressaltar que a comunidade surda na época da implantação e discussão da proposta de educação de surdos nas escolas poucos foram seus representantes.

A2

1) Acredito que nas décadas de 80 e 90 o bilingüismo passou a ter mais força, principalmente através de estudos e pesquisas que foram desenvolvidos nestes períodos. A proposta bilíngüe vem contribuir no desenvolvimento lingüístico, cultural, cognitivo, psicológico e acadêmico. Os programas bilíngües buscam valorizar a identidade e a cultura das pessoas surdas; desta forma é possível construir uma história de sucesso frente a vida escolar dos surdos, tendo garantida a LS como única na instrução escolar e a LP como 2ª língua.

2) A proposta de se ter um ensino bilíngüe (LS e LP) nas escolas estaduais, partir das lutas e anseios das famílias de surdos da comunidade surda, como também dos professores envolvidos com nesta educação. Não podíamos mais continuar a educação das crianças surdas em um ambiente

lingüístico impróprio para eles, pois a permanência nas turmas de ouvintes não possibilitava o aprendizado na sua 1ª língua, viam-se obrigados a `tenta` compreender uma língua que não é a sua de fato, sua 1ª língua.

3) Eu fico bastante angustiada com esse questionamento, pois não existe até o momento uma graduação que forme pessoas bilíngües em LS e LP. E também acredito que não é um curso de horas ou de anos que vai formar um professor bilíngüe, o certificado `papal` nem sempre prova a fluência na LS. O verdadeiro aprendizado de uma língua acontece de forma dinâmica, vivendo essa língua, na prática, tendo contato com pessoas fluentes, neste caso os surdos participantes da cultura surda.

4) Na construção da nova proposta de educação de surdos, a comunidade surda participou, através da sua luta, com o objetivo de superar o fracasso acadêmico destes alunos. A participação da comunidade surda foi fundamental neste momento. "Seminário".

A3

1) O bilingüismo iniciou no Brasil como estudo na década de 80 e 90 e sendo implantada na rede estadual somente no ano de 2004.

2) A proposta bilíngüe nesta escola nasce pelo anseio dos pais e da comunidade surda em ter uma escola de qualidade.

3) Não tem nenhum curso superior que te habilite como professor bilíngüe, você torna-se na pratica da sala de aula e com estudos para melhor compreender a educação de surdos.

4) Participou com o Fórum e na luta pelos direitos da escola de surdos, porem agora parecem que

este movimento não está muito presente.

Na verdade, identificamos pelas narrativas dos professores ouvintes entrevistados a falta de cursos profissionais na formação bilíngue. Onde estaria essa proposta política para a educação de surdos do nosso Estado de Santa Catarina? Infelizmente não temos a base profissional dos professores para ensinar a língua de sinais para os alunos surdos nem a possibilidade de aprender a construção viso-espacial na relação de comunicação dos professores que usam a língua dos surdos. Precisamos melhorar o espaço de cursos dos professores ouvintes na formação bilíngue e aprofundar a teoria na cultura surda, identidade, história e língua de sinais, garantindo, dessa forma, ao surdo um ensino que lhe dê os direitos à modalidade viso-espacial e que possibilite transformar a subjetividade de cultura surda no jeito de ensino sem intérprete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, espero esclarecer na pesquisa a formação bilíngue em Santa Catarina na proposta que surgiu em 2003. Nesta pesquisa eu observei que falta perfil dos profissionais de formação bilíngue, base teórica sobre a cultura e história dos surdos e a proficiência na língua de sinais na prática de ensino. Veja o que diz Hubner:

Ao pensarmos na formação de professores na perspectiva das diferenças,

precisamos refletir, entre outras coisas a respeito da formação docente. Neste sentido, é preciso falar de professores não como referências abstratas, sobre quem muita literatura vem sendo feita, mas daquelas pessoas concretas, encarnadas que têm uma vida de luta nas escolas brasileiras. Não são apenas intelectos e, mesmo no anonimato, por meio da educação trabalham em prol de uma sociedade em que ninguém deveria ser excluído. (HUBNER, 2006, p. 17)

Na realidade, precisamos verificar qual o espaço cultural na formação bilíngue dos professores ouvintes e a possibilidade de aprender a língua de sinais na escola ou no curso ensinado do professor surdo. Por isso será importante conhecer a cultura, identidade, história e outros aspectos. Precisamos conhecer profundamente a cultura surda para que se possibilite identificar a base teórica de estudos surdos em Santa Catarina.

Ao refletir sobre a política linguística nas escolas em Santa Catarina, percebemos que há realmente o interesse em que o acadêmico de pós-graduação com especialização em surdos nos mostre a importância da pesquisa na escola sobre a falta de profissionais bilíngues em Santa Catarina.

Assim, o professor bilíngue deve trabalhar com os alunos de forma interdisciplinar, tendo a língua de sinais em todas as disciplinas, aproveitando os momentos de explicação para as aulas não ficarem cansativas e não perdendo tempo, na aquisição da linguagem dos alunos surdos somente com a teoria, pois precisam mais da prática de ensino

e estratégias bilíngues.

A cultura ouvinte no momento existe como constituída de signos essencialmente auditivos. No que tem de visual, como a escrita, igualmente é constituída de signos audíveis. Um surdo não vai conseguir utilizar-se de signos ouvintes, como por exemplo, a epistemologia de uma palavra. Ele somente pode entendê-la até certo ponto, pois a entende dentro de signos visuais. (PERLIN, 2000)

Deve-se, pois, valorizar e estimular o uso de todos os possíveis canais de comunicação no ensino da língua de sinais, todas as atividades significativas que possam compensar a diferente forma dos surdos entrarem em contato com os profissionais bilíngues e buscar a comunicação com a cultura surda. Dessa forma, a língua de sinais surge como a única língua que garante o desenvolvimento e o ensino de surdos.

Com a pesquisa, analisamos e concluímos que os profissionais bilíngues são essenciais nas aulas sobre qualquer base de conhecimento teórico referente à cultura surda. Isso por meio de experiência pode confirmar que os alunos conseguem prosseguir na aprendizagem em sala de aula do nosso Estado. Nós, surdos, vamos continuar lutando pela qualidade para toda a comunidade surda. Nós queremos que a formação do professor bilíngue seja em língua de sinais, com conhecimentos sobre a cultura surda, história e a política. E vamos lutar também por mais espaço para os professores com capacitação para ensinar aos alunos surdos no espaço de bilíngue.

Referências bibliográficas

- BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. The bilingual child: some issues and perspectives. In RITCHIE, W. C.; BHATIA, T. K. (Eds.). *Handbook of child language acquisition*. San Diego, CA: Academic Press, 1999.
- BOTELHO, P. *Linguagem e letramento na educação dos surdos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BUTTLER, Y.; HAKUTA, K. Bilingualism and Second Language Acquisition. In BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. (Eds.). *The handbook of bilingualism*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2004.
- FASOLD, R. W. *The Sociolinguistics of language*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- FERNANDES, E. (Org); QUADROS, R. M. de. *Surdez e bilingüismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- HEREDIA, C. de. Do bilingüismo ao falar bilíngüe. In: *Multilingüismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- HOUWER, A. de. Aquisição bílingüe da linguagem. In FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. (Eds.). *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995.
- HUBNER, R. A. C. *A Formação dos profissionais da escola-pólo Estadual de Educação para Surdos na Regional de São José – SC*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- KOZLOWSKI, L. O modelo bílingüe/bicultural na educação do surdo. In: *Distúrbios da comunicação*. São Paulo, 1995, 7 (2), p. 147-156.
- MEISEL, J. M. The bilingual child. In BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. (Eds.). *The handbook of bilingualism*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez./ Secretaria da Educação Especial, Brasília: MEC; SEESP, 2002. (Educação Infantil, 7).
- MÜLLER, N. Transfer in bilingual first language acquisition. In *Bilingualism: language and cognition*, 1998.
- PERLIN, G. Identidade surda e currículo. In LACERDA, C. B. F.; GOES, M.C. R. de (Org.). *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
- _____. Identidades surdas. In SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2004.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. *Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina*. São José: FCEE, 2004.

SCHMITT, D.; SILVA, F. J. da; CASANOVA, R. Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina. In: *Ponto de vista: Revista de educação e processos inclusivos*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, n. 5, 2003.

SILVA, T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da exclusão. In SKLIAR, C. *Atualidades da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999, v. 1, p. 163-187.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A dictionary of American sign language on linguistic principles*. Silver Spring: Listok, 1976.

WRIGLEY, O. *The politics of deafness*. Washington, DC: Gallaudet University, 1996.